

OCUPAÇÕES EXTERNAS E A CRIAÇÃO DE REGIMES DEMOCRÁTICOS ESTÁVEIS: A VARIÁVEL DAS ELITES

FOREIGN OCCUPATIONS AND THE CREATION OF STABLE DEMOCRATIC REGIMES: THE ELITE VARIABLE

Douglas Henrique Novelli¹

RESUMO

O presente artigo trata da viabilidade da construção de regimes democráticos estáveis por meio de ocupações externas, focando-se especificamente na influência das elites nacionais sobre o processo. Procura-se entender se a exportação do modelo democrático ocidental seria teoricamente possível dentro do arcabouço teórico proposto pela teoria das elites, qual a configuração das elites nacionais seria a mais adequada e quais mudanças estruturais teriam que ser executadas para que se obtenha sucesso ao estabelecer um regime democrático estável. As duas primeiras partes do artigo foram dedicadas à revisão teórica, sendo primeiro observados os apontamentos de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, pioneiros ao sistematizar os principais conceitos do elitismo, seguido da análise do trabalho de Higley e Burton (1989), focado especificamente na influência das elites nacionais sobre a estabilidade de regimes democráticos. Na terceira parte procurou-se aplicar os achados teóricos obtidos até então a um caso empírico, optando-se pela ocupação norte-americana do Japão no pós-Segunda Guerra. Conclui-se que dois requisitos básicos são necessários para se estabelecer um regime democrático estável em uma nação, sendo: (1) o estabelecimento de um processo de circulação de classes em um ritmo sadio e; (2) o desenvolvimento de uma elite consensualmente unificada. Em teoria, seria possível reproduzir o sucesso do caso japonês em outras nações, mas o tempo e recursos necessários para se obter sucesso aumentaria conforme a configuração inicial das elites nacionais fosse mais fechada e conflituosa, frequentemente requerendo mais recursos do que os Estados ocupantes estão dispostos a empregar.

Palavras-chave: elites; estabilidade de regimes; ocupações externas; construção democrática.

ABSTRACT

This paper discusses the viability of building stable democratic regimes through foreign occupations, focusing on the influence of national elites over this process. Its objective is to understand if the export of the western democratic model is theoretically possible within the theoretical framework proposed by the theory of elites, which configuration of the national elites would be the most appropriate and which structural changes

¹Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba.

would have to be executed in order to succeed in establishing a stable democratic regime. The first two parts of the paper were dedicated to the theoretical revision, firstly of the works of Gaetano Mosca and Vilfredo Pareto, pioneers in systematizing the main concepts of elitism, followed by an analysis of the work of Higley and Burton (1989), focused specifically on the influence of elites on the stability of democratic regimes. In the third part, the theoretical findings obtained until then were apply to an empirical case, opting for the American occupation of Japan in the post-Second War. It is concluded that two basic requirements are necessary to establish a stable democratic regime in a nation, being: (1) the establishment of a process of class movement in a healthy rhythm; and (2) the development of a consensually unified elite. In theory, it would be possible to replicate the success of the Japanese case in other nations, but the time and resources needed to succeed would increase as the initial configuration of the national elites were more closed and conflicted, often requiring more resources than the occupying states are willing to employ.

Key-words: elites; regime stability; foreign occupations; democratic building.

1. INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra mundial marcou o início de um novo paradigma para lidar com inimigos derrotados, com as potências aliadas ocidentais se comprometendo a reinserir seus antigos inimigos na sociedade internacional por meio da promoção de regimes democráticos em suas sociedades. Desde então, diversas operações de ocupação externa com o suposto objetivo de estabelecer regimes democráticos estáveis em nações até então controladas por regimes autoritários tem ocorrido, apresentando diferentes graus de sucesso.

A proposta deste artigo é produzir uma sucinta análise teórica das tentativas de construção de regimes democráticos estáveis geridas por potências estrangeiras após situações de conflito, abordando o tema sob a luz da Teoria das Elites. Como tal, o artigo será dividido em três partes. A primeira parte será dedicada a uma breve revisão comparada das principais obras de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, principais autores a introduzir os conceitos basilares da teoria em questão. A segunda parte será dedicada a revisão teórica do trabalho de John Higley e Michael Burton a respeito do papel das elites nacionais em processos de transição democrática e sobre estabilidade de regimes. Por fim, a terceira parte procurará entender a aplicabilidade da teoria em questão sobre um caso específico. Optou-se pelo caso do Japão no pós-Segunda Guerra mundial por este apresentar um caso de aparente sucesso no

estabelecimento de um regime democrático estável, aliado ao fato de possuir um conjunto menor de variáveis que sua contraparte alemã.

2. TEORIA DAS ELITES: PRINCÍPIOS E BASES TEÓRICAS

Cronologicamente, o primeiro autor a traçar as bases daquilo que se convencionou a chamar de teoria das elites foi Gaetano Mosca (1858-1941), geralmente lembrado por sua principal obra, *Elementi di Scienza Politica*, publicada em sua segunda edição nos Estados Unidos sob o título de *The Ruling Class* (1939). O principal argumento de sua obra é a existência de dois grupos sociais em todas as sociedades humanas. O primeiro deles, menos numeroso e mais organizado, detém o controle do poder político e goza das vantagens proporcionadas por ele, sendo originalmente chamado por Mosca de “classe política”²; ao passo que o segundo seria composto pelos demais indivíduos, que compõe uma massa desorganizada e submissa a classe política (MOSCA, 1939, p. 50). Essa relação entre os dois grupos seria inevitável, pois

O domínio de uma minoria organizada [...] sobre uma maioria desorganizada é inevitável. O poder de qualquer minoria é irresistível contra cada indivíduo da maioria, o qual enfrenta sozinho a totalidade da minoria organizada. Ao mesmo tempo, a minoria é organizada pela simples razão de que é uma minoria (MOSCA, 1939, p. 53, tradução nossa)³.

Assim, como resume Hollanda (2011, p. 9), “extensos corpos desordenados, incapazes de autonomia política, subordinam-se às elites de seu tempo”⁴.

² Na segunda edição do *Elementi di Scienza Politica*, Mosca frequentemente substitui o termo “classe política”, mais restritivo, pelo termo “classe dominante”, fazendo referência a uma minoria que detém não apenas o controle das forças político-estatais, mas também sociais, culturais e econômicas. Essa evolução no conceito é, por vezes, associada a uma potencial influência dos trabalhos de Pareto, publicados entre a primeira e a segunda edição da obra de Mosca (ALBERTONI, 1990, p. 150).

³ Texto original: “*In reality the dominion of an organized minority [...] over the unorganized majority is inevitable. The power of any minority is irresistible as against each single individual in the majority, who stands alone before the totality of the organized minority. At the same time, the minority is organized for the very reason that it is a minority*”.

⁴ Mancur Olson (2002) posteriormente desenvolve e dá sustentação ao argumento de que maiorias desorganizadas tendem a ser naturalmente dominadas por minorias organizadas. Segundo o autor, essa tendência se dá primordialmente em razão de em grandes grupos os custos de ação serem diluídos ao ponto da abstenção de alguns indivíduos não afetar significativamente o produto final, o que tende a produzir uma abstenção em massa por parte dos indivíduos em casos nos quais os custos não são aplicados de modo coercitivo. Em contraste, em pequenos grupos os efeitos da inação de um indivíduo tendem a ser perceptíveis, ao mesmo tempo que os ganhos são usualmente divididos de forma proporcional aos custos investidos por cada indivíduo, incentivando a participação.

A determinação dos indivíduos que compõem essa minoria dirigente se daria por meio da distinção destes em relação as massas graças à qualidades oriundas de uma superioridade “material, intelectual ou até mesmo moral” (MOSCA, 1939, p. 53, tradução nossa)⁵. Ressalta-se, entretanto, que as justificativas apresentadas por tais minorias para legitimar sua posição de poder frequentemente são alheias às suas reais fontes de sustentação, as quais geralmente não são incluídas no seu discurso político (HOLLANDA, 2011, p. 9–10). Nesse cenário, o colapso das classes dominantes está condicionado as próprias mudanças na balança de forças políticas: se uma nova força ganha espaço na sociedade, os indivíduos que a ela estão associados passam a fazer parte da classe dominante; se as forças por meio das quais uma classe dominante alcançou o poder decaírem, seu declínio será inevitável (MOSCA, 1939, p. 65).

Segundo Mosca (1939, p. 51), sob a perspectiva das ciências humanas, a grande relevância do conceito de classe dominante reside em seu caráter determinante sobre o tipo de organização política e nível civilizacional de um povo. Nesse sentido, a classe dominante seria uma variável chave para compreender o desenvolvimento e a falência de regimes. Revoluções, por exemplo, por terem sua natureza condicionada a peculiaridades do Estado em que ocorrem (MOSCA, 1939, p. 207), só seriam de fato compreensíveis se forem analisadas as classes dominantes dessa sociedade e as forças nas quais estão amparadas.

Um segundo autor de importância comparável à de Mosca para as bases da teoria das elites é Vilfredo Pareto, responsável por efetivamente forjar o termo “elite”, o qual acabou se popularizando mais do que a “classe política” cunhada por Mosca. Em sua principal obra, *Trattato di Sociologia Generale*, publicado originalmente em 1916, Pareto também propõe uma divisão analítica da sociedade em dois estratos, porém, esta é consideravelmente distinta da divisão originalmente proposta por Mosca. Segundo Pareto, em qualquer ramo da atividade humana uma minoria irá se destacar como sendo superior em seus ofícios do que os seus pares da maioria. A essa minoria, Pareto dá o nome de “elite”, sendo a “elite governante” aquela composta por membros da elite que, por meio de suas potencialidades específicas, são capazes participar de modo considerável do governo (PARETO, 1966, p. 72–73). Assim, como destaca Albertoni (1990, p. 148), Pareto se difere de Mosca ao elaborar o conceito de

⁵ Texto original: “*material, intellectual or even moral superiority*”.

elite “em termos essencialmente sociais”, enquanto o autor supracitado trabalha com conceitos mais limitados ao quadro político e estatal.

Esse estrato social superior, nomeado por Pareto de elite, seria composto por diferentes grupos de pessoas, os quais identifica como “aristocracias”, cujo poder e status é definido pela suposta posse de certas qualidades. Embora frequentemente possuam de fato estas qualidades, não é incomum que indivíduos destas aristocracias não façam jus aos rótulos que carregam. De fato, o autor identifica até mesmo uma tendência ao surgimento de discrepâncias consideráveis entre o rótulo e a capacidade nesses grupos (PARETO, 1966, p. 76–78). Esse processo acaba gerando um cenário de constante renovação na elite: por um lado, observa-se a decadência de aristocracias em decorrência da redução prática das capacidades que lhes permitiram conquistar e manter o poder; sincronicamente, há uma ascensão de indivíduos oriundos das classes inferiores, graças a conquista por estes dos elementos necessários para atingir o poder.

Nesse sentido, Hollanda (2011, p. 19) identifica a relação entre dirigentes e dirigidos apresentada por Pareto como uma relação fluída e dinâmica, demandando uma “renovação constante”. Assim, a manutenção de ambos os movimentos em um ritmo sadio é essencial para a estabilidade do regime. Revoluções, por exemplo, seriam causadas pela súbita diminuição dos elementos necessários para a manutenção do poder pela aristocracia dominante, concomitante à acumulação destes elementos nos estratos inferiores. Nas palavras de Pareto (1966, p. 78), “se alguns desses movimentos chegam a um fim, ou ainda pior, ambos acabam, a classe governante cai na ruína e muitas vezes arrasta consigo toda a nação”.

3. ELITES E ESTABILIDADE DE REGIMES

Dentro do paradigma teórico elitista iniciado por Mosca e Pareto, ainda se faz necessário considerar os trabalhos de John Higley e Michael Burton (1989) publicados no artigo *The Elite Variable in Democratic Transitions and Breakdowns*, no qual os autores supracitados se dedicam a compreender as influências específicas que as elites nacionais exercem sobre a estabilidade de seus regimes e, mais especificamente, sobre a viabilidade e manutenção de regimes democráticos estáveis. O argumento central do artigo em questão é que transições democráticas e falências de regime podem e devem ser entendidas através do cuidadoso estudo dos padrões

de continuidade e mudança nas relações entre as elites nacionais. Mudanças de regime, assim, tendem a ser efêmeras se não forem devidamente acompanhadas de alterações na própria natureza e relações destas elites (HIGLEY; BURTON, 1989, p. 17–18).

Em seu estudo, Higley e Burton consideram as elites como “indivíduos capazes [...] de afetar os resultados da política nacional de modo regular e substancial” (HIGLEY; BURTON, 1989, p. 18, tradução nossa)⁶, sendo essa capacidade potencialmente oriunda da posse de recursos políticos, econômicos, militares, culturais, midiáticos ou profissionais. Assim, a definição adotada se aproxima da apresentada por Pareto (1966, p. 76–77) ao considerar a elite como um grupo usualmente heterogêneo, composto por burocracias apoiadas em diferentes capacidades e que almejam alcançar posições junto à elite governante. Adicionalmente, concordam com Mosca (1939, p. 51) ao apontar a preponderância da natureza das elites nacionais ao determinar o tipo de regime político que será estabelecido em uma nação, focando-se especificamente nas relações que estas elites estabelecem entre si. Nesse sentido, identificam na literatura três tipos teóricos, sendo eles: (1) elites consensualmente unificadas; (2) regimes totalitários ou ideologicamente unificados e; (3) elites desunificadas.

Sendo o objetivo de seu artigo a compreensão de como a natureza das elites afeta a estabilidade de regimes democráticos, os autores adotam a opção metodológica de considerar em sua análise apenas as elites consensualmente unificadas e as elites desunificadas. Nesses termos, as elites consensualmente unificadas são entendidas como aquelas que compartilham entre si um consenso sobre os códigos de conduta política e “participam de uma estrutura mais ou menos integrada de interações que lhes proporcionam um acesso relativamente confiável umas às outras e ao centro do poder decisório” (HIGLEY; BURTON, 1989, p. 19, tradução nossa)⁷. Em oposição, elites desunificadas são aquelas cujos membros compartilham pouco ou nenhum entendimento e tem interações limitadas entre si. Nesse segundo cenário reina a insegurança e o medo constante das consequências

⁶ Texto original: “*persons who are able, [...] by virtue of their authoritative positions in powerful organizations and movements of whatever kind, to affect national political outcomes regularly and substantially.*”

⁷ Texto original: “*participate in a more or less comprehensively integrated structure of interaction that provides them with relatively reliable and effective access to each other and to the most central decision-makers.*”

catastróficas que poderiam resultar do acúmulo excessivo de poder por parte de outra facção (HIGLEY; BURTON, 1989, p. 19).

A principal consequência política de uma elite desunificada é instabilidade do regime político vigente. Embora levem em consideração os apontamentos de Sanders (1981) sobre os indicadores de instabilidade em um regime, os autores desconsideram a incidência de manifestações populares e de mudanças nas coalizões ou gabinetes que compõe o governo, considerando que estas ocorrências são de natureza ordinária e passíveis de serem percebidas em quase todos os sistemas políticos em algum momento. Tal postura parece de acordo com os clássicos da teoria das elites, uma vez que Mosca (1939, p. 51) aponta a pressão das massas sobre a classe dominante como algo constante, em maior ou menor grau, em todas as organizações políticas. Por sua vez, alterações na composição do governo estão de acordo com a ideia de circulação exposta por Pareto (1966, p. 75–78) e, nesse sentido, não são apenas algo corriqueiro como também, na medida adequada, são salutares para a manutenção do regime. Assim, para Higley e Burton um regime instável seria aquele cujo “poder executivo do governo está sujeito a tomadas irregulares do poder, a tentativas de tomada de poder ou há a expectativa de tentativas de tomadas de poder” (HIGLEY; BURTON, 1989, p. 20, tradução nossa)⁸, tendo como indicadores concretos a incidência de grandes revoluções ou tentativas de golpes de estado.

Pensando nisso, os autores procuram entender primordialmente a razão pela qual certos regimes democráticos de aparência estável subitamente são alvos de golpes de Estado. A teoria apresentada é a existência de uma relação causal na qual a estabilidade dos regimes é entendida como variável dependente da estrutura das elites nacionais. Assim, para que a transição para um regime democrático verdadeiramente estável ocorra, é necessário antes de tudo alterar a estrutura das elites nacionais de um estado desunificado para uma união consensual (HIGLEY; BURTON, 1989, p. 21).

Regimes democráticos estáveis, portanto, não emergem simplesmente através de processos como a elaboração de constituições democráticas, execução de eleições diretas e estabelecimento de proteções aos direitos humanos. Seu elemento

⁸ Texto original: “*government executive power is subject to irregular seizures, attempted seizures, or widely expected seizures by force*”.

primordial é, na realidade, a unificação consensual das elites nacionais. Desse modo, Higley e Burton concluem que

Há pouca coisa que os países ocidentais podem fazer para promover a democracia onde ela não existe. De fato, é possível que as políticas ocidentais [...] tenham causado mais mal do que bem, frequentemente exacerbando a desunião entre as elites e assim enfraquecendo as perspectivas de uma transformação da natureza dessas elites (HIGLEY; BURTON, 1989, p. 29, tradução nossa)⁹.

Isto posto, há de se notar que a história fornece ao menos dois casos de formação de regimes democráticos aparentemente estáveis sob influência direta de potências externas, nomeadamente a Alemanha e o Japão no pós-Segunda Guerra. Como entender tais casos partindo da teoria das elites?

4. O CASO JAPONÊS

A opção pelo estudo do caso japonês em detrimento ao caso alemão se dá tendo em vista o número menor de variáveis intervenientes. Enquanto a ocupação alemã foi marcada pela divisão do país em quatro zonas de influência (ocupadas por EUA, França, Reino Unido e URSS, as quais posteriormente deram origem a dois Estados distintos que só se reunificariam décadas depois), a ocupação japonesa se deu de modo unificado sob o controle das forças norte-americanas, comandadas pelo general Douglas MacArthur, sofrendo pouca influência dos demais Estados aliados e criando assim um produto final mais heterogêneo e coeso que sua contraparte alemã (NISHI, 2004, p. dig. 1454).

A formação das elites japonesas como encontradas pelas autoridades de ocupação após o fim da Segunda Guerra tem como ponto fundamental de sua formação a Restauração Meiji de 1868. Originada em grande parte pelo sentimento de humilhação provocado pelas sucessivas concessões econômicas concedidas as potências ocidentais a partir da abertura forçada dos portos japoneses pelo Comodoro norte-americano Matthew Perry em 1853, a Restauração Meiji teve a sua frente jovens

⁹ Texto original: “Western countries can do little to promote stable democracies where they do not now exist. Indeed, it may be that Western policies [...] have done more harm than good, often exacerbating elite disunity and thus actually weakening prospects for the elite transformations that alone appear to provide the basis for stable democracy”.

samurais dissidentes do antigo regime do shogunato, defendendo a criação de um novo regime focado no imperador como única forma de restaurar a glória japonesa.

Curiosamente, a restauração do poder do imperador e a exaltação das tradições japonesas foram acompanhadas de uma nova postura em relação ao ocidente e ao seu progresso técnico e científico. O novo governo empreendeu um processo de importação de pessoal da Europa e dos Estados Unidos para promover a capacitação das forças armadas e da burocracia estatal japonesas, os quais ascenderam como dois dos principais grupos na elite que se desenhava (KENNEDY, 1988, p. 206–207). A Restauração Meiji gerou ainda as condições políticas para o surgimento do modelo econômico das *zaibatsus*, grandes conglomerados industriais e financeiros sobre o controle de uma pequena elite, limitada a poucos grupos familiares sob a proteção governamental, os quais eram a base da economia japonesa até o início da ocupação (FINN, 1992, p. 56–57).

Ao que tudo indica, ao menos nos primeiros anos da ocupação (cujo início se deu logo após a rendição oficial japonesa, em agosto de 1945¹⁰), o estabelecimento de um regime democrático estável no Japão era um objetivo concreto para as lideranças norte-americanas, evidenciado pela adoção por parte das autoridades de ocupação de uma série de políticas focadas na desmilitarização e democratização da sociedade japonesa em seus níveis mais primordiais (NISHI, 2004, p. dig. 7029). Como apresenta John Dower,

Nunca havia existido uma revolução democrática genuinamente associada a uma ditadura militar, para não falar de uma ditadura militar neocolonial – o que, considerando tudo, é o que o comando liderado por MacArthur era. Praticamente todos os americanos envolvidos nessa empreitada estavam cientes dessas contradições, mas isso não os desencorajou (DOWER, 2000, p. 80–81, tradução nossa)¹¹.

Cabe, assim, tentar entender os meios pelos quais as reformas objetivadas foram empreendidas e, sobretudo, o papel exercido pelas elites japonesas pré-existentes. Como destaca Shibata (2005, p. 59), embora tenham sido entregues plenos poderes ao General MacArthur, o controle do Japão deveria preferencialmente

¹⁰ A declaração de rendição japonesa foi anunciada no dia 15 de agosto de 1945. Embora a declaração oficial só tenha sido assinada no dia 2 de setembro do mesmo ano, a ocupação de fato se iniciou ainda no dia 28 de agosto de 1945, durando até o dia 28 de abril de 1952, data da assinatura do Tratado de São Francisco.

¹¹ Texto original: “*Never had a genuinely democratic Revolution been associated with military dictatorship, to say nothing of a neocolonial military dictatorship – which, when all was said and done, is what MacArthur’s command was. Virtually all of the Americans involved in this crusade were aware of these contradictions, but this did not daunt them*”.

ser exercido através do próprio governo japonês, desde que produzisse resultados satisfatórios (SHIBATA, 2005, p. 59). Tal opção se deve, até mesmo, em parte por uma carência dos oficiais norte-americanos de pessoal com conhecimento linguístico apropriado para gerir o país. Destarte, a elite burocrática pré-existente foi mantida praticamente intacta. Ao todo, por volta de 210 mil japoneses foram retirados de suas funções e tiveram seus direitos políticos temporariamente suspensos, dos quais se destacam: 34.892 indivíduos ligados ao parlamento; 3.438 ultranacionalistas; 1.898 industriais e; 1.216 jornalistas. O grupo alvo da maior supressão foram sem dúvida as forças armadas, com 167.035 militares retirados de suas posições de prestígio (SHIBATA, 2005, p. 69).

Essencialmente, estes números atestam para a forma como as forças de ocupação norte-americanas conduziram a ocupação e as dinâmicas que foram estabelecidas com as elites pré-existentes. Após a Segunda Guerra, as potências ocidentais não tolerariam mais um Japão totalitário e militarista; exigia-se a criação de um governo regido por um processo democrático estável e que se alinhasse às políticas ocidentais. Isso, contudo, não significava necessariamente uma completa reestruturação da elite governante japonesa. De fato, o que se observou foram mudanças pontuais: a elite burocrática em grande parte manteve suas funções e prestígio, tendo as instituições japonesas sofrido pouco impacto; no plano econômico, os grandes conglomerados das *zaibatsus* foram sistematicamente desmontados, dando origem a empresas menores, muitas das quais mesmo assim ainda hoje figuram entre as maiores empresas do mundo (sendo a maioria delas surgidas a partir dos complexos empresariais originalmente controlados pelas famílias Sumimoto, Mitsui e Mitsubishi); embora a sociedade japonesa tenha passado por uma abertura política que garantiu voz a grupos antes reprimidos, a constante manutenção do conservador Partido Liberal Democrata à frente do país desde sua fundação, em 1955, atesta a favor da tese de que a elite política japonesa sofreu poucas mudanças; e, por fim, o imperador, símbolo máximo do imperialismo japonês, apesar de ter seus poderes amplamente limitados, foi poupado de um potencial julgamento por crimes de guerra e manteve sua posição como chefe de Estado.

Das aristocracias existentes no pré-Segunda Guerra, a elite militar japonesa foi a única severamente afetada pela ocupação norte-americana. Além de ser privada das capacidades lhe permitiram conquistar e manter seu poder, serviu de bode expiatório tanto pelas forças de ocupação quanto pelas demais parcelas da elite

governante (BIX, 2000, p. dig. 9218). Assim, apesar da aristocracia militar japonesa ter sido condenada e do regime imperial que defendia ter chegado ao fim, a elite governante japonesa perdurou e se adaptou as mudanças que se faziam necessárias, garantindo a estabilidade do então nascente regime democrático japonês pelas décadas que se seguiram.

5. CONCLUSÃO

Com base na revisão teórica executada sobre os trabalhos de Mosca, Pareto, Higley e Burton, conclui-se que, sob a perspectiva elitista, dois elementos principais devem ser atingidos para garantir o estabelecimento de um regime estável em uma sociedade, sendo eles: (1) estabelecer métodos efetivos de circulação de classes, os quais assegurem a constante renovação da classe dirigente ou elite governante em um ritmo sadio, tendo como base a própria alteração nas capacidades reais de cada indivíduo e; (2) o desenvolvimento de uma elite consensualmente unificada, com seus diferentes grupos agindo em consenso sobre as normas de conduta e atuando através de estruturas unificadas em comum.

No tocante a possibilidade de criação de um regime democrático estável por meio de uma ocupação externa, é necessário antes de tudo considerar que o exemplo exposto se caracteriza por apresentar condicionantes consideravelmente favoráveis: (1) a Restauração Meiji substituiu o sistema feudal japonês por um novo modelo social altamente focado na capacitação técnica individual, sustentado por uma expansão do ensino primário para índices quase universais e pelo financiamento integral das etapas posteriores de educação formal para os alunos que se destacassem; (2) as principais elites nacionais japonesas já estavam trabalhando de modo consensual entre si; (3) o principal grupo defensor do regime imperial havia sido privado de suas fontes de sustento no poder e; (4) foi estabelecida a concordância entre os demais grupos da elite governante que a criação e manutenção de um regime democrático estável era a única forma de se manter à frente do país e reintegrá-lo à sociedade internacional.

Em tese, seria possível criar um regime democrático estável por meio de uma ocupação externa em qualquer nação. Todavia, os condicionantes encontrados na maior parte das nações alvos de processos semelhantes vão na direção oposta ao caso japonês, sendo suas sociedades marcadas por sistemas de classes fechados,

isto é, com um processo entravado e ineficiente de circulação de classes, e por elites desunificadas com dinâmicas altamente conflituosas entre si. Nesses casos, a edificação de um regime democrático estável tende a demandar um enorme gasto de recursos ao longo de um tempo considerável, sendo necessário primeiro criar um “consenso artificial” entre as elites, possibilitando a criação de um ambiente de seguridade ao mesmo tempo em que se procura estabelecer métodos para uma circulação de classes efetiva. Com o tempo, esse comprometimento das elites com as regras do regime democrático tende a se enraizar na sociedade, criando de fato o consenso entre elas. Assim, um dos maiores impedimentos a esse processo parece ser o fato dele demandar muito mais tempo e recursos do que os Estados que os executam estão dispostos a comprometer, frequentemente optando por estratégias mais simples de dominação que, em última instância, só ampliam a instabilidade nacional e reduzem as chances de um regime democrático florescer no futuro observável.

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, E. A. **Doutrina da classe política e teoria das elites**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

BIX, H. **Hirohito and the Making of Modern Japan**. Digital ed. Nova York: HarperCollins e-books, 2000.

DOWER, J. W. **Embracing Defeat: Japan in the Wake of World War II**. Digital ed. Nova York: W.W. Norton & Company, 2000.

FINN, R. B. **Winners in Peace - MacArthur, Yoshida, and Postwar Japan**. Berkeley: University of California Press, 1992.

HIGLEY, J.; BURTON, M. The Elite Variable in Democratic Transitions and Breakdowns. **American Sociological Review**, v. 54, n. 1, p. 17–32, 1989.

HOLLANDA, C. B. DE. **Teoria das elites**. Edição dig ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KENNEDY, P. **The Rise and Fall of the Great Powers - Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000** Londres Unwin Hyman, , 1988.

MOSCA, G. **The Ruling Class**. Nova York: Mcgraw-Hul Book Company, 1939.

NISHI, T. **Unconditional Democracy: Education and Politics in Occupied Japan, 1945-1952**. Digital ed. [s.l.] Hoover Press, 2004.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. 20th. ed. Cambridge: Harvard University Press Cambridge., 2002.

PARETO, V. As Elites e o uso da força na Sociedade. In: SOUZA, A. (Ed.). . **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 70–89.

SANDERS, D. **Patterns of Political Instability**. Londres: Macmillan, 1981.

SHIBATA, M. **Japan and Germany Under the U.S. Occupation: A Comparative Analysis of the Post-war Education Reform**. Digital ed. Plymouth: Lexington Books, 2005.